

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI
JEAN CARLO SCHMITZ**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF PARA OS PRODUTORES RURAIS DO
MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**

RIO DO SUL

2021

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI
JEAN CARLO SCHMITZ**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF PARA OS PRODUTORES RURAIS DO
MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Administração do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel em Administração.

Prof.^a orientadora: M^a Márcia Fuchter.

**RIO DO SUL
2021**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI
JEAN CARLO SCHMITZ**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF PARA OS PRODUTORES RURAIS DO
MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Administração do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel em Administração.

Prof.^a Orientadora: Márcia Fuchter

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Rio do Sul, 2021.

A minha família, meus amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem Ele nada disso seria possível. Graças a Ele tive forças para continuar mesmo diante das mais variadas dificuldades.

À minha família, pela força e incentivo oferecidos durante toda a graduação.

Ao Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí e seus colaboradores que ajudaram na fundamentação deste trabalho, desde conversas informais a processos metodológicos utilizados.

Agradeço também a professora Márcia Fuchter, orientadora deste trabalho, que, desde o início colaborou e indicou caminhos e métodos para a confecção do trabalho; despendendo muito tempo para ajudar-me e procurando fazer com que o presente trabalho tenha êxito.

Enfim, fica o agradecimento a esses personagens principais, responsáveis pela ajuda na elaboração deste trabalho, assim como para todos que direta ou indiretamente ajudaram-me de alguma forma para a conclusão desta etapa.

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

4 v. 13

RESUMO

A agricultura familiar pode ser considerada de total importância em cidade como Rio do Oeste, pois é de lá que vem é o principal giro na economia da cidade, é considerado um agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, não possui área maior que quatro módulos fiscais, ou seja, 72ha de terras e não tem a renda bruta anual maior que 500 mil reais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma das linhas de créditos subsidiadas mais importantes na área rural nos dias de hoje, principalmente em pequenas cidades onde o principal meio econômico seja a agricultura familiar, toda forma de investimento na propriedade e custos realizados nas suas lavouras vem diretamente dessa linha de fomento. O objetivo é analisar as contribuições do Pronaf para o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Rio do Oeste. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar se o PRONAF é utilizado pelos agricultores familiares; b) verificar se as condições operacionais são adequadas à realidade dos agricultores familiares e c) apontar se o acesso aos recursos do Pronaf é fator determinante para o desenvolvimento dos agricultores familiares do município de Rio do Oeste. A metodologia utilizada para elaboração do trabalho foi a pesquisa bibliográfica e descritiva; a abordagem do problema ocorreu de forma quantitativa. Como técnica de pesquisa foram elaborados questionários fechados a pesquisa foi realizada através dos contratos ativos da Cooperativa de Crédito, possuindo 179 contratos ativos enviando a pesquisa para todos eles, aguardando assim o período de 13 dias onde obtivemos 93 respostas no total. Foi aplicada no dia 03/11/2021 e finalizada no dia 16/11/2021. Os resultados encontrados apontam que de fato a linha de crédito Pronaf é a mais utilizada e conhecida pelos agricultores, também que as condições operacionais da linha de crédito estão dentro dos padrões exigidos pelos produtores rurais e de fato o Pronaf sim, ajuda no fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras chave: Agricultura Familiar. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Rio do Oeste, SC.

ABSTRACT

Family farming can be considered of total importance in a city like Rio do Oeste, because it is from there that the city's main economic activity comes. A family farmer is considered to be the one who practices activities in rural areas, does not have an area larger than four fiscal modules, or 72 hectares of land, and does not have a gross annual income greater than 500 thousand reais. The National Program for the Strengthening of Family Farming is one of the most important subsidized credit lines in the rural area today, especially in small towns where the main economic means is family farming. The objective is to analyze the contributions of Pronaf for the development of family agriculture in the municipality of Rio do Oeste. To this end, the following specific objectives were established: a) to identify if PRONAF is used by family farmers; b) to verify if the operational conditions are adequate to the reality of family farmers and c) to point out if the access to PRONAF resources is a determining factor for the development of family farmers in the municipality of Rio do Oeste. The methodology used to prepare this work was bibliographic and descriptive research; the approach to the problem was quantitative. As a research technique, closed questionnaires were elaborated; the research was carried out through the active contracts of the Credit Cooperative, having 179 active contracts, sending the research to all of them, waiting for the period of 13 days, where we obtained 93 answers in total. It was applied on 11/03/2021 and finalized on 11/16/2021. The results found indicate that in fact the Pronaf credit line is the most used and known by farmers, also that the operational conditions of the credit line are within the standards required by farmers and in fact Pronaf does help strengthen family farming.

Keywords: Family Farming. National Program for Strengthening Family Agriculture. Rio do Oeste, SC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Rio do Oeste – SC.....	37
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade.....	44
Gráfico 2 - Quantas pessoas trabalham junto com você na sua propriedade?	45
Gráfico 3 - Qual a sua principal atividade agrícola?.....	45
Gráfico 4 - Você conhece o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar?.....	46
Gráfico 5 - Você acha que o Pronaf tem permitido que os jovens continuem no Campo?.....	46
Gráfico 6 - Você tem DAP (declaração de aptidão do Pronaf)?.....	47
Gráfico 7 - Você acha importante a linha de fomento (PRONAF)?.....	47
Gráfico 8 - Já fez algum investimento ou custeio no Pronaf?.....	48
Gráfico 9 - Você acha muito burocrático fazer algum investimento ou custeio no Pronaf?....	48
Gráfico 10 - O Pronaf ajudou você e sua família a ter uma maior renda mensal/anual?.....	49
Gráfico 11 - O Pronaf ajudou você e sua família a ter um aumento na produção em sua propriedade?.....	49
Gráfico 12 - O Pronaf é efetivo no fortalecimento da agricultura Familiar?.....	50
Gráfico 13 - O que você acha sobre os prazos para pagamentos dos investimentos/custeios no Pronaf?.....	50
Gráfico 14 - O que você acha sobre as taxas de juros para investimento/custeios no Pronaf..	51
Gráfico 15 - Você acha que o limite no Pronaf de 200 mil reais por Ano Safra para INVESTIMENTO e o limite de 250 mil para CUSTEIO estão adequados?.....	52
Gráfico 16 - Participa de cursos que o ajudam no aperfeiçoamento de sua atividade agrícola?.....	52
Gráfico 17 - Recebe assistência técnica de algum técnico especializado em sua atividade agrícola?.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, segundo a classificação da agricultura Familiar/Lei 11326 – Brasil, 2006.....	24
Tabela 2 – evolução das principais variáveis da participação da agricultura familiar (%) entre 1996 e 2006 - Brasil.....	25
Tabela 3 – Proporção dos agricultores familiares que usam componentes relativos a modernização da agricultura - Brasil.....	25
Tabela 4 – Censo agro 2006	26
Tabela 5 – Censo agro 2017	26
Tabela 6 – Censo agro: variações de 2006 a 2017.....	26
Tabela 7 – Índice de desenvolvimento humano municipal.....	39
Tabela 8 – Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes – Rio do Oeste – SC.....	40
Tabela 9 – População total por gênero rural/urbana e taxa de urbanização – Rio do Oeste – SC.....	41
Tabela 10 – Ocupação nos variados Setores da economia do município.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 TEMA DE ESTUDO.....	14
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Geral.....	14
1.3.2 Específicos	15
1.4 JUSTIFICATIVA	15
1.5 METODOLOGIA.....	16
1.5.1 Delineamento da Pesquisa.....	16
1.5.2 População e Amostra	19
1.5.3 Coleta e Tratamento de dados	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 POLITICAS PÚBLICAS.....	19
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR	22
2.3 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	27
2.4 PRONAF.....	28
2.5 O QUE PODE SER FINANCIADO NO PRONAF.....	32
2.6 SUBPROGRAMAS.....	32
2.7 PRAZOS E TAXAS.....	33
2.8 CREDITO RURAL	33
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE.....	37
3.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	37
3.2 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E ECONÔMICAS DA CIDADE DE RIO DO OESTE.....	38
3.3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS DA CIDADE DE RIO DO OESTE	39
3.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	39
3.3.2 Componentes do IDHM	40
3.3.3 Demografia	41
3.3.4 Ocupação nos variados setores da economia do município	42
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	44

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICE	57

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

As linhas de fomento nos dias de hoje são cada vez mais procuradas pelos agricultores de todas as regiões do País, desde o pequeno produtor até o grande produtor, isso ocorre devido a cada dia estarmos mais dependentes dos agricultores, principalmente em cidades que são consideradas do “interior”. (SICOOB 2021)

Nosso País é um dos maiores produtores de alimentos no mundo, diante disso o governo sentiu a necessidade de criar linhas de fomento, ou seja, linhas subsidiadas com taxas de juros baixas e prazos considerados altos, para ajudar esses agricultores a investirem em maquinários e em suas propriedades. (SICOOB 2021)

Essas linhas são disponibilizadas pelo BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, automaticamente elas são repassadas todo ano para as instituições financeiras (Bancos e Cooperativas de Crédito), e os mesmos emprestam conforme a necessidade dos agricultores de suas regiões. (SICOOB 2021)

A linha de fomento mais utilizada na nossa região é o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o próprio nome já diz, “agricultura familiar”, por ser uma região com a maioria dos agricultores sendo considerados pequenos, esta é a que melhor se enquadra na realidade de cada um. (SICOOB 2021)

Alguns benefícios do Pronaf tais como o crescimento, onde o agricultor pode custear a sua safra, comprando assim sementes defensivos, insumos e etc, pagando antecipadamente as agropecuárias aumentando consequentemente a produção. Inovação, ou seja, investimento e novas tecnologias, melhorando o manejo na suas lavouras, sem contar com as taxas mais baratas e prazos longos que ajudam no crescimento desse pequeno agricultor, dentre outros inúmeros benefícios. (SICOOB 2021)

Políticas públicas estão diretamente ligadas às linhas de fomento para os agricultores, basicamente no que se diz respeito sobre política pública é “colocar o governo em ação”, ou seja, analisar uma ação e quando necessário propor mudanças no rumo e no curso dessas ações, traduzindo seus propósitos em programas que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SICOOB 2021)

1.2 TEMA DE ESTUDO

O Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é uma linha criada pelo governo federal onde o mesmo fornece recursos subsidiados através do BNDES e das instituições financeiras que repassam esse recurso para o pequeno produtor brasileiro. O Governo Federal disponibiliza todo ano Milhões de reais para serem repassados, o Pronaf sem dúvida nenhuma é a linha mais utilizada entre os agricultores nos dias de hoje. (SICOOB 2021)

Para o produtor rural poder acessar a linha do Pronaf, ele precisa ter a DAP (declaração de aptidão do Pronaf) ativa, essa é uma certidão que todo produtor que é Pronafiano (pequeno produtor) precisa ter. ela tem uma validade de 2 anos, sendo necessária renovar quando vencer. para ser considerado um pequeno produtor é necessário seguir algumas regras, uma delas e talvez a mais importante é respeitar um limite de renda anual, que até o momento é de R\$ 500.000,00, os produtores que têm renda maior não são considerados pequenos produtores e automaticamente não conseguem fazerem a DAP, sendo desenquadrados da linha subsidiada. (SICOOB 2021)

No Pronaf podem ser feitos custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando a geração de renda ou à melhora do uso da mão de obra familiar. (SICOOB 2021)

Sobre os prazos e as taxas são todas parecidas em todos os subprogramas. prazos dos investimentos de até 5, 7 ou 10 anos, dependendo do empreendimento a ser financiado, ou de 1 ano se for para custeio. Taxas variam de 3% até 4,5%, dependendo do que será financiado também, lembrando que são taxas anuais e não mensais. (SICOOB 2021)

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

O objetivo é analisar as contribuições do Pronaf para o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Rio do Oeste.

1.3.2 Específicos

- a) Identificar se o PRONAF é utilizado pelos agricultores familiares;
- b) Verificar se as condições operacionais são adequadas à realidade dos agricultores familiares e;
- c) Apontar se o acesso aos recursos do Pronaf é fator determinante para o desenvolvimento dos agricultores familiares do município de Rio do Oeste.

1.4 JUSTIFICATIVA

Atualmente o meio rural tem sido um dos setores mais importantes na economia do nosso país, em meio a uma pandemia principalmente, pois é um dos poucos setores que continua com força total e nos salvando economicamente. Nas cidades do interior do país os produtores rurais estão com força total também, levando o alimento na mesa de todas as pessoas.

Diante tudo isso, nada mais justo o governo entrar com as linhas de crédito subsidiadas como o PRONAF, para estar dando apoio financeiro, com taxas mais baratas e prazos mais longos, podendo assim investir em maquinários e na própria propriedade melhorando o manuseio nas lavouras, aumentando a produtividade e consequentemente aumentando também a renda dos agricultores.

Para Adoniram Sanches Peraci, secretário de Agricultura Familiar no ano safra 2006/2007, nos Estudos de Desenvolvimento Agrário (2007), o programa vinha como um incentivo para geração de renda destinada ao agricultor e, sobretudo, para integrá-lo com o mercado cada vez mais capitalizado. Para isso, seriam traçadas parcerias e ações estratégicas para fortalecer o modelo de crescimento da agricultura familiar, assegurando um volume maior de crédito, bem como o seguro contra os efeitos da natureza, que prejudicava o agricultor. As oportunidades geradas através do crédito tinham o intuito de ajudar o agricultor a ampliar a segurança alimentar de sua família, aumentando a renda e diminuindo o risco para os que estivessem cadastrados dentro do Programa.

Na cidade de Rio do Oeste especificamente por ser uma cidade pequena, vejo que os agricultores são de fundamental importância para a economia, escolhi o tema por ser da minha área de trabalho, faço todos os dias contato com vários agricultores para fazerem seus custeios e investimentos, e todos os dias vejo o crescimento deles, com esse trabalho pretendo

descobrir qual a real importância da linha PRONAF, se de fato ajuda no crescimento e desenvolvimento desses produtores.

1.5 METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os principais passos do método que será utilizado para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. No entanto, neste capítulo constam o delineamento da pesquisa, a população e a amostra, as formas e o instrumento da coleta de dados, a análise e o tratamento de dados tendo como objetivo dar respostas às questões abordadas neste estudo.

1.5.1 Delineamento da Pesquisa

O planejamento da pesquisa é o processo onde são coletadas as informações de boa qualidade que resultam na elaboração de um projeto de pesquisa onde contém as razões para sua realização e o detalhamento de como ela será realizada. O planejamento da pesquisa é a primeira etapa, que segundo Mattar, (2001, p. 17), “compreende a definição dos objetivos da pesquisa e de toda sua operacionalização”.

Para o desenvolvimento desta investigação optou-se por uma pesquisa de abordagem quantitativa, a pesquisa tem caráter objetivo, buscando assim respostas mais simples e diretas com o linguajar necessário e entendível para o público entrevistado.

Segundo Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não.

Segundo Knechtel (2014), esse tipo de pesquisa foi a base do pensamento científico até a metade do século XX e é caracterizado pela passividade e neutralidade do pesquisador diante da investigação da realidade.

O método quantitativo foi aplicado para facilitar o entrevistado a dar sua resposta, por ser um público mais recluso a descreverem respostas objetivas.

Além disso, a forma de coleta de dados foi realizada através do questionário elaborado no Google Formulários, evitando assim o Link um a um para ser respondido.

1.5.2 População e Amostra

A população de interesse segundo Pereira, (2010, p. 75) “trata-se de informações que envolvem o universo a ser estudado, extensão da amostra e a forma como será selecionada”.

Para esse questionário teremos como público alvo os produtores rurais integrados ao PRONAF da cidade de Rio do Oeste, especificamente do Estado de Santa Catarina.

A amostra do projeto será por critério sendo entrevistados Produtores Rurais com contratos ativos na LINHA DE CRÉDITO PRONAF.

A pesquisa foi realizada através dos contratos ativos da Cooperativa de Crédito, possuindo 179 contratos ativos enviando a pesquisa para todos eles, aguardando assim o período de 13 dias onde obtivemos 93 respostas no total. A pesquisa foi aplicada no dia 03/11/2021 e finalizada no dia 16/11/2021.

Abaixo cálculo amostral,

$$n = \frac{N Z^2 p (1-p)}{(N-1) e^2 + Z^2 p (1-p)}$$

Para Mattar (2001, p.133) “amostra é qualquer parte de uma população”. O processo de amostragem será não probabilístico criteriosa.

Para Mattar (2001, p. 137) A “amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao julgamento do pesquisador [...]”.

1.5.3 Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados foi realizada através do formulário Google, enviando o Link da pesquisa um a um para ser respondida. A intenção foi realizar a pesquisa com os Produtores

Rurais da Cidade de Rio do Oeste que estão com contratos ativos no PRONAF em uma das cooperativas de crédito do município de Rio do Oeste.

Os dados analisados, os dados quantitativos, são valores observados de um conjunto de variáveis, que podem representar alguns elementos ou todos os elementos, por exemplo, de uma sociedade, de uma determinada população. Tais dados serão apresentados em forma de tabelas, gráficos ou textos (KNECHTEL, 2014).

A coleta de dados é a parte mais importante, no qual foi possível realizar o contato com os entrevistados que foram selecionados, esta fase precisa ser minuciosamente controlada pois é onde serão coletados os dados e eles precisam ser de boa qualidade. As questões elaboradas foram desenvolvidas com o intuito de responder aos objetivos ditados no problema, bem como citados nos objetivos específicos.

No que tange ao tratamento de dados será analisado na forma de gráficos gerados através das respostas no Google Formulários, buscando interpretar os dados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLITICAS PÚBLICAS

Políticas públicas tiveram seu surgimento nos EUA e considera-se que esta área contou com quatro grandes Pais fundadores H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Segundo Schneider (2004) apud Guanziroli (2007) o Pronaf faz com que o produtor seja levado a plantar o que a política pública financia. Ou seja, onde as instituições

bancárias têm tradição de financiamento e operacionalização. Em outras palavras, o programa continuaria a fazer mais, do mesmo. Ou seja, estaria facilitando na forma de financiamento, o que já existe.

Navarro (2001) afirma que as políticas públicas não são capazes de mudar um cenário que já existe há décadas:

[...] é improvável que a forte destinação de recursos públicos para o mundo rural se sustente em racionalidade decisória, apoio social amplo e legitimidade política, em um país que se urbanizou (inclusive culturalmente) de forma tão extraordinária, especialmente nas últimas quatro décadas.

De acordo com o pensamento de Navarro (2001) Cardoso & Ortega (2001) o Pronaf por si só não é o suficiente para projetar desenvolvimento nessas áreas que por tanto tempo não receberam incentivo algum:

É ilusão supor que uma política de cunho específico como o Pronaf seja capaz de projetar estes municípios para uma trajetória de desenvolvimento capaz de promover um amplo resgate social. O desenvolvimento, mesmo sendo alicerçado localmente, segue dependendo de uma aliança de interesses mais ampla, capaz de garantir uma infraestrutura material e social que, embora deva ter seus termos definidos localmente, tem que assumir um caráter nacional.

Com base em Castro et al, (2006 apud EMBRAPA, 2006), é possível compreender a importância de políticas de incentivo:

Como o nível de instrução da família é baixo, especialmente no Nordeste, sem ajuda externa, o agricultor não tem como vencer as barreiras que se antepõem à adoção de tecnologia e ao planejamento do negócio. Por si mesmo, o agricultor não se livrará da rotina, e nem mesmo saberá imitar os mais bem-sucedidos

Não existe nenhuma definição específica, ou única, nem melhor e nem pior do que seja Política Pública,

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer"

Celina Souza (2006) aborda outras definições que enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de idéias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Políticas públicas estão diretamente ligadas às linhas de fomento para os agricultores, basicamente no que se diz respeito sobre política pública é “colocar o governo em ação”, ou seja, analisar uma ação e quando necessário propor mudanças no rumo e no curso dessas ações, traduzindo seus propósitos em programas que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Segundo Elenaldo Celso Teixeira (2002) As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender a composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), talvez seja a Política pública de maior importância na agricultura familiar, tem como seu objetivo a geração de renda e apoio financeiro nas atividades agrícolas e pecuárias para as famílias rurais, através do custeio da safra e de investimentos, de máquinas, tratores, implementos, construção e reforma de galpões, etc. melhorando assim a infraestrutura de cada propriedade.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo a Revista Hortaliças, em 2014 o tema Agricultura Familiar foi eleito como o tema do ano pela Organização das Nações Unidas (ONU), diante dessa escolha o tema vem sendo ao longo dos anos um objeto de leitura frequente, discussões e debates, não somente em cidades pequenas, mas também em grandes centros e organizações, recebendo também homenagens frequentemente por diversas instituições ligadas diretamente ou indiretamente ao setor agrícola.

O reconhecimento de sua importância pela ONU e o papel desempenhado pela agricultura familiar nas questões relacionadas à segurança alimentar não podiam ficar de fora da nossa “Hortaliças em Revista” (2014), que destaca em sua matéria de capa diversas opiniões, nem sempre convergentes, sobre o assunto. Dessa forma, apresentamos olhares diferenciados sobre o que vem a ser agricultura familiar, sobre o alcance e a funcionalidade das políticas públicas voltadas para o setor e, principalmente, sobre o papel da pesquisa em meio a esse contexto.

Mundialmente não existe uma definição única para Agricultura familiar, ou seja, seguindo padrões de regras igualmente, os Estados Unidos por sua vez, tem um regramento bastante amplo por sua vez, sendo que a agricultura familiar é considerada em vários tipos de propriedade, sendo elas de todos os tamanhos e com diferentes níveis de renda administrados pela Família.

A agricultura familiar deve ser vista como uma forma de melhorar a qualidade de vida através da luta contra a pobreza e do desenvolvimento sustentável. A agricultura familiar tem auxiliado para uma produção agrícola sustentável, através da redução de insumos e preservação do meio ambiente, diferente do que acontece nas grandes organizações produtoras. (ABRAMOVAY, 1998).

Abramovay (1992 apud OLALD, 2005) complementa:

Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

No Brasil em 2006, foram definidos alguns critérios para definição de agricultura familiar, de acordo com a Lei 11.326/2006, para ser considerado pequeno produtor ou

agricultor familiar é necessários que ela tenha no máximo quatro módulos fiscais, na nossa região isso equivale a aproximadamente 72 hectares de terra e atualmente a renda bruta anual igual ou menor do que R\$ 500.000,00, onde será usado predominantemente a mão de obra familiar, assim como base desta renda tenha vindo do próprio empreendimento.

As regras acima citadas foram criadas em função do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar o PRONAF, onde são subsidiadas linhas de fomento com juros baixos e prazos longos para pagamento ajudando de fato no aumento da produção e na infraestrutura da propriedade desse pequeno produtor, para acesso ao Pronaf o agricultor precisa ter a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf ativa o mesmo respeitando todas as normas criadas para ser considerado um agricultor familiar conseguirá emitir a DAP sem problema nenhum, em qualquer órgão vinculado ao setor agrícola, sendo eles Sindicatos e a EPAGRI.

Segundo Maria Thereza Pedroso (2014), a lei deveria sofrer alterações. Em sua argumentação, ela afirma que como atividade econômica seria desejável estabelecer critérios correspondentes a essa realidade e deixar de lado os requisitos definidos na lei, “que não retratam os diversos cenários percebidos no meio rural”. “O que chamamos de agricultura familiar é regulamentado por uma lei que está em total desacordo com a realidade, no sentido de que existem pequenos produtores de base familiar que querem ter acesso ao crédito e se inserir nos programas do governo e não conseguem”

Em um universo com milhares de Hectares plantados de todos os tipos de lavouras temos o Grande produtor, médio produtor, pequeno produtor, dentro desse último segmento está o agricultor familiar, o acesso às linhas de financiamento possibilitado através de políticas públicas estão apenas aqueles que seguem as normas definidas pela Lei, sendo que o Grande e o Médio produtor não terão acesso a esse crédito.

A agricultura familiar é reconhecida por sua importância tanto no fluxo de emprego quanto na produção de alimentos, focando no caráter social e voltado para o autoconsumo (GUILHOTO, 2008).

Segundo Candiotti (2011), no Brasil, o termo agricultura familiar ganhou visibilidade a partir da década de 1980. Nesse momento, passou-se, também, a refletir sobre a sua integração com a agroindústria, e, conseqüentemente, a questão da subordinação tornou-se central no que se refere à produção familiar.

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil deve-se a três fatores muito importantes, o primeiro tem a ver com os movimentos sindicais após a ditadura militar, o segundo são os cientistas e pesquisadores intelectuais que no final dos anos de 1990 levaram à tona esse tema e por final e terceiro fator está ligado às políticas públicas que nos

últimos anos vem reconhecendo esse cenário da agricultura familiar e criaram linhas de créditos como o PRONAF para ajudá-los no crescimento.

Segundo Wanderley (2001) apud Olalde, (2005) a agricultura familiar define-se como:

[...] uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Segundo o IBGE (dados levantados em 2007 tendo ano base 2006), a agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. Mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros (Tabela 1). A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advém deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%).

Tabela 1. Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, segundo a classificação da agricultura familiar/Lei 11326 – Brasil, 2006

Características	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de Estabelecimentos	4.367.902	84%	807.587	16%
Área (milhões de Hectares)	80,3	24%	249,7	76%
Mão-de-bra (milhões de pessoas)	12,3	74%	4,2	26%
Valor da Produção (R\$ bilhões)	54,4	38%	89,5	62%
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34%	80,5	66%

Fonte: França, C.G.; Del Grossi, M.E.; Marques, V. (2009)

Na comparação com os dados do Censo Agropecuário anterior de 1995/96, processados por Guanzirolli et alii (2012), percebe-se que houve relativa estabilidade na variação do número de estabelecimentos classificados como agricultores familiares entre os dois Censos. Entre 1995/96 e 2006 houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos, assim como na proporção da área ocupada do valor da produção produzida pelos agricultores familiares. Vale notar que a própria estabilidade destes indicadores pode ser

comemorada, pois os Censos anteriores apontavam invariavelmente a redução destes indicadores.

Tabela 2. Evolução das Principais Variáveis da Participação da Agricultura Familiar (%) entre 1996 e 2006 - Brasil

Variável	1996	2006
% de Estabelecimentos Familiares	85,17	87,48
% da Área dos Estabelecimentos Familiares	30,48	32,36
% de VBP dos Estabelecimentos Familiares	37,91	39,68
% do Pessoal Ocupado Total dos Estabelecimentos Familiares	76,85	77,99

Fonte: Guanzirolli et alii. (2012, p. 357) Elaboração dos autores com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

No que se refere aos indicadores de acesso à tecnologia, no entanto, as diferenças entre as duas décadas foram mais marcantes. Entre 1995/96 e 2006 o uso de tecnologia aumentou entre os agricultores familiares no Brasil, especialmente no que concerne ao acesso à energia elétrica, uso de força motriz mecânica e o acesso à assistência técnica, que passou de 16,67% para 20,88%. Não obstante este avanço, ainda há indicadores que surpreendem, como os 38,8% de estabelecimentos que declararam fazer uso da força motriz animal.

Tabela 3. Proporção dos Agricultores familiares que usam componentes relativos à modernização da agricultura - Brasil

Variáveis Seleccionadas	1996	2006
Utiliza assistência técnica	16,67	20,88
Associado à cooperativa	12,63	4,18
Usa Energia Elétrica	36,63	74,10
Usa Força Animal	22,67	38,75
Usa Força Mecânica	27,50	30,21
Usa Força Manual	49,83	31,04
Usa Irrigação	4,92	6,23
Usa adubos e corretivos	36,73	37,79

Fonte: Guanzirolli et alii. (2012, p. 360). Elaboração dos autores com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Abaixo podemos analisar mais duas tabelas, agora com comparativos entre 2006 e 2017, segundo IBGE.

Censo Agro 2006						
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área total (ha)		Pessoal ocupado	
Total	5 175 636	100,0%	333 680 037	100,0%	16 568 205	100,0%
NORMAS VIGENTES EM 2017						
Agricultura não familiar	870 531	16,8%	252 411 258	75,6%	4 286 660	25,9%
Agricultura familiar-LEI-11326 -2017	4 305 105	83,2%	81 268 779	24,4%	12 281 545	74,1%
Censo Agro 2017						
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área (ha)		Pessoal ocupado	
Total	5 073 324	100,0%	351 289 816	100,0%	15 105 125	100,0%
NORMAS VIGENTES EM 2017						
Não é agricultura familiar	1 175 916	23,2%	270 398 732	77,0%	4 989 566	33,0%
Agricultura familiar	3 897 408	76,8%	80 891 084	23,0%	10 115 559	67,0%
Censo Agro: Variações de 2006 a 2017						
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área (ha)		Pessoal ocupado	
Total	-102 312	-2,0%	17 609 779	5,3%	-1 463 080	-8,8%
Não é agricultura familiar	305 385	35,1%	17 987 474	7,1%	702 906	16,4%
Agricultura familiar	-407 697	-9,5%	-377 695	-0,5%	-2 165 986	-17,6%

O censo agropecuário de 2017 do IBGE aponta ainda que a agricultura familiar no país é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Os homens representam 81% dos produtores, e as mulheres 19%. A faixa etária de 45 e 54 anos é a que mais concentra agricultores e apenas pouco mais de 5% deles completaram o ensino superior.

Esses pequenos agricultores são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Conforme mencionado, a década de 1990 marca o início de um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas, que vão criar espaço e condições favoráveis à emergência, legitimação e consolidação da agricultura familiar no Brasil. Este contexto é formado por alguns aspectos que precisam ser adequadamente situados. O primeiro deles se refere ao alcance da estabilidade macroeconômica e o controle da inflação, através do Plano Real de 1993. O segundo condicionante está relacionado às diretrizes da nova Constituição de 1988, que criou as bases legais e institucionais para descentralização das políticas públicas e

conferiu mais espaço para participação dos atores da sociedade civil nas políticas públicas. E o terceiro refere-se à retomada do papel do Estado na regulação e governança das políticas e iniciativas (Schneider, 2010; Abramovay e Morello, 2010; Sallum Jr., 2003).

2.3 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Apesar de ser uma atividade muito importante para o sustento de várias famílias que vivem na zona rural, estatísticas apontam que aproximadamente 70% do alimento consumido no Brasil vem da Agricultura Familiar, além disso podemos dizer que com a venda desse alimento para as indústrias e comércios locais o agricultor consegue gerar renda necessária para o sustento da família, sem contar que com essa produção o próprio campo gera mais empregos e sustentabilidade no setor agropecuário.

No Brasil cerca de 85% das propriedades rurais estão presentes a agricultura familiar, onde praticamente metade disso está localizado na região Nordeste que é responsável por $\frac{1}{3}$ da produção total.

Nos dias de hoje, apesar de todas as linhas subsidiadas pelo governo federal, a dificuldade no meio rural ainda continua, tendo que expandir o agronegócio e levando assim a problemas sociais e econômicos.

A mecanização das propriedades é um fator determinante dessa dificuldade, equipamentos e implementos muito caros e tendo que cada vez mais serem melhorados para conseguirem atender as necessidades dos agricultores, tendo assim um êxodo rural muito grande, inchando os grandes centros urbanos, diversas famílias com dificuldades no crescimento agrícola também acabam abandonando o campo e vindo para a cidade.

Outro fator importante é a geração de lucro nessas propriedades, pois basicamente isso é uma das principais causas de abandono, de fato o produtor trabalha em cima do lucro gerado com a venda de sua produção, nos dias de hoje os insumos e agrotóxicos se tornaram muito caros, inviabilizando certas produções, tendo assim que fazerem várias pesquisas e contas para verificarem a melhor forma de cultivo, e no final das contas não sair no prejuízo.

Visto priorizar práticas tradicionais e de baixo impacto ambiental, a agricultura familiar tem sido aliada na sustentabilidade e na responsabilidade socioambiental. De tal modo adotando práticas mais sustentáveis e na produção mais orgânica.

A importância da agricultura de base familiar vem ganhando destaque nos últimos tempos, demonstrando que o desenvolvimento deste setor não está direcionado apenas para a

produção de alimentos (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). O despreparo técnico e a falta de incentivos sociais e econômicos são as principais dificuldades encontradas pela agricultura (TENÓRIO, 2011).

Este setor tem grande importância em seu cultivo de alimentos e sua geração de empregos, ajudando na redução do êxodo rural e contribuindo para economia nacional (GUILHOTO, 2008).

Segundo Abramovay (1997) o novo segmento de agricultura familiar apresenta-se dinâmico, onde o agricultor tem capacidade de integrar-se aos sistemas de crédito, tem acesso à inovação tecnológica e entra com relevância no mercado competitivo. Para o autor este dinamismo tem base em três fatores básicos: a base material para a produção, como a extensão e fertilidade dos solos; a formação dos agricultores, que vem sendo cada vez mais de extrema necessidade; e o ambiente socioeconômico que atuam, tendo acesso às diversidades do mercado.

2.4 PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado, em 1996, para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais. As organizações dos trabalhadores rurais exigiam uma reforma quanto ao papel do governo para este setor, solicitaram a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural para o setor mais fragilizado, no caso, a agricultura familiar. Esse foi um grande marco para os agricultores, pois permitiam a eles o acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (antes eram negligenciados aos agricultores rurais), por meio de organizações e lutas que conquistaram a implantação do programa e seu espaço como uma nova categoria - agricultores familiares (MATTEI, 2005).

O PRONAF surge como um programa inovador, para atender às necessidades da agricultura familiar brasileira, salientando a importância da mesma como atividade prioritária no sistema de produção agropecuária do país, através do fortalecimento das condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhora da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo. Assim como nos países desenvolvidos, a agricultura familiar brasileira necessitava de apoio social e financeiro do Estado para incentivar a permanência dos agricultores no campo, evitando o êxodo rural. Para alcançar este objetivo, o principal meio foi a elaboração de um programa de crédito direcionado a estes agricultores familiares, para

que os mesmos pudessem ser inseridos como uma classe social produtiva dentro da economia, além de potencializar o desenvolvimento – principalmente através da disponibilidade de recursos – no sentido de gerar melhores condições no campo. Esta alternativa busca integrar um grupo que, até então, era marginalizado e tinha seu acesso ao crédito bastante restrito no Brasil (FERNANDES 2013).

Privilegiado com a promulgação da Constituição de 1988 - que apontava uma maior democratização do acesso aos recursos públicos por parte dos homens do campo - o PRONAF surge como um mecanismo de atendimento a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que por meio de lutas e organizações, buscavam uma política social e econômica direcionada especificamente para o desenvolvimento rural, depois de se sentirem prejudicados pela abertura comercial da economia. Um movimento interessante a se destacar são as Jornadas Nacionais de Luta, organizadas pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CUT Rural (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Sem Terra), além da participação de todos os demais movimentos sociais rurais, que surgem no início dos anos 1990, e que vinham participando ativamente do debate sobre a Lei Agrícola e a Lei Agrária, expondo suas reivindicações através das Jornadas. Depois de promulgada a Constituição que os beneficia, a partir de 1995, as Jornadas passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil” e sua principal luta era a demanda por políticas específicas para a agricultura, conforme análise de MATTEI (2005).

No governo de Itamar Franco, em 1994, juntamente com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), é criado o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), baseado no estudo desenvolvido pela FAO/Incrá 4, no documento conhecido como "Diretrizes de Política Agrária Sustentável". Este estudo teve sua primeira versão elaborada em 1994, a partir do Censo Agropecuário (CA), que foi o precursor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e trabalhava, quase que só, com créditos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Os dados apontados pelo estudo eram bastante relevantes para indicar a importância da agricultura familiar na geração e manutenção do emprego no campo, já que apontava que 75% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil tinham características de produção familiar (ver Guanziroli, 2007).

Como destacam Schneider, Cazella e Mattei (2004), o Provap era uma linha de crédito exclusiva para agricultores familiares, e acabou sendo a primeira política econômica e a de maior importância para a concepção do PRONAF, principal política atual para os

agricultores familiares. Ainda segundo os autores, o Provap foi considerado um fracasso no ponto de vista de disponibilizar recursos para os agricultores, pois não estava acostumado com este público, limitando o acesso dos produtores rurais aos recursos disponibilizados para o crédito rural, o que dificultava o acesso dos agricultores familiares, pois havia uma série de burocracias nas instituições financeiras que os impediam de conseguir o crédito. No entanto, mais tarde, o PROVAP serviria como um marco na transição em direção a uma política pública diferenciada aos agricultores, resultando no PRONAF.

Segundo SILVA (2006), com a reformulação do Provap, em 1995, baseado no estudo apresentado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, caminhou-se para a criação do PRONAF, que se instituiu a partir do Decreto Presidencial 1.946, de 28 de Julho do ano. O novo programa deveria ser operado com um volume grande de recursos disponibilizado pelo Conselho Deliberativo de Fundo de Amparo ao Trabalhador (CONDEFAT), que destinou o volume de R\$ 200 milhões para que fossem aplicados na produção familiar.

Mesmo sendo oficialmente criado em 1995 - onde foram estabelecidas as regras de financiamento do PRONAF pela Resolução do Banco Central no 2.191, de 24 de agosto de 1995 -, a implementação e execução das políticas públicas previstas no PRONAF só entraram em vigor em 1996.

A consolidação de uma linha de financiamento específica para o agricultor familiar fazia com que um número maior de produtores rurais tivesse acesso ao crédito, garantindo melhores condições para permanecer no campo, inibindo o êxodo rural, já que os empregos oferecidos nas cidades eram precários. A permanência do produtor no campo ampliava a oferta de trabalho no meio rural. A consequência desta inibição se dá em relação à oferta de alimentos produzidos pelos camponeses para o abastecimento do mercado interno e não destinados à exportação. Porém, o PRONAF tem um objetivo bem claro, desde sua criação, que corresponde a “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Decreto 1.946, de 28 de Junho de 1996).

A agricultura familiar segundo Tenório (2011) não pode ser caracterizada apenas por sua participação, praticamente nula, na balança comercial, pois seu foco principal está no abastecimento do mercado interno. A insegurança de alguns fatores que prejudiquem o processo da produção agrícola, como o clima, faltas de créditos, pragas e doenças, mão-de obra, consultorias especializadas (agrônomos, técnicos agrícolas, etc.) que possam afetar a

quantidade física planejada, é um dos principais motivos que levam os produtores rurais a busca de subsídios devido à incerteza da sua renda, conforme Silva (2012).

Conforme análise de Abramovay (2005), o fortalecimento da agricultura familiar passa a ser objetivo do governo por saber que esta é parte fundamental do desenvolvimento do país, além de proporcionar a inserção produtiva do elevado número de famílias em situação de pobreza no campo, sendo, O PRONAF, neste aspecto, uma ferramenta para torná-las menos dependentes de programas de transferências de renda. Tudo indica que o crescimento da agricultura familiar corrobora para o desenvolvimento regional, ajudando os municípios do meio rural que sofreram êxodo de suas populações. A agricultura familiar, inclusive, exerce papel fundamental na questão da segurança alimentar do Brasil, pois há um aumento da quantidade oferecida de alimentos que geram consequências bastante relevantes para que se alcance a estabilidade de preços e a preservação do salário real.

O Pronaf tem como objetivo financiar projetos individuais ou coletivos, gerando renda a agricultores e assentados da reforma agrária, sendo estes os assentamentos realizados pelo movimento Sem-terra. O programa possui as mais baixas taxas de juros que podem ser utilizadas no financiamento para custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não (SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014).

É uma linha criada pelo governo federal onde o mesmo fornece recursos subsidiados através do BNDES e das instituições financeiras que repassam esse recurso para o pequeno produtor brasileiro.

O Governo Federal disponibiliza todo ano Milhões de reais para serem repassados, o Pronaf sem dúvida nenhuma é a linha mais utilizada entre os agricultores nos dias de hoje.

Mendonça (2011 apud LOPES, 2012, p.134) demonstra a contraditória política estatal de apoio à agricultura no Brasil:

No plano safra 2009/2010 foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e R\$15 bilhões para a agricultura familiar. Mesmo assim, sabe-se que, apesar da crescente oferta de recursos para a agricultura familiar, apenas 1,2 milhões de estabelecimentos familiares têm acesso ao crédito, e na última safra utilizaram apenas 80% do que estava disponível. Isto significa que os pequenos agricultores utilizam apenas 14% do crédito agrícola total ofertado pelos bancos, através das normas e determinações da política do governo federal.

Para o produtor rural poder acessar a linha do Pronaf, ele precisa ter a DAP (declaração de aptidão do Pronaf) ativa, essa é uma certidão que todo produtor que é Pronafiano (pequeno produtor) precisa ter. ela tem uma validade de 2 anos, sendo necessária renovar quando vencer. para ser considerado um pequeno produtor é necessário seguir algumas regras, uma delas e talvez a mais importante é respeitar um limite de renda anual, que até o momento é de R\$ 500.000,00, os produtores que têm renda maior não são considerados pequenos produtores e automaticamente não conseguem fazerem a DAP, sendo desenquadrados do PRONAF.

A agricultura familiar necessita de políticas públicas diferenciadas, que promovam juros menores e apoio institucional (SCHENEIDER, 2006). Por meio deste incentivo buscam-se ganhos na produtividade visando uma maior competitividade em âmbito global (SILVA, 2012).

2.5 O QUE PODE SER FINANCIADO NO PRONAF

Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando a geração de renda ou à melhora do uso da mão de obra familiar.

2.6 SUBPROGRAMAS

Dentro do Pronaf existem vários subprogramas, são eles:

Pronaf Agroindústria: Linha de financiamento destinada a agricultores, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização, destinados a atividades do turismo rural.

Pronaf Mulher: financiamento destinado a mulheres, cuja estão enquadradas no Pronaf, independente do estado Civil e do que será financiado.

Pronaf Agroecologia: financiamento a agricultores e produtores para financiarem sistemas agroecológicos e orgânicos.

Pronaf Bioeconomia: Linha de financiamento destinado a produtores rurais pessoas físicas e pessoas jurídicas, para poderem financiarem sistemas sustentáveis tais como energia renovável, tecnologias ambientais e hídricas, entre outros.

Pronaf Mais Alimentos: Linha de financiamento destinada a agricultores e pequenos produtores familiares somente pessoa física, independente de idade e sexo, podendo ser financiado implementos, máquinas, equipamentos, construções e reformas para suas propriedades.

Pronaf Jovem: Linha de financiamento a agricultores e produtores rurais pessoa física que tenham idade entre 16 e 29 anos, juntamente com outros requisitos necessários, tais como renda e bens.

Pronaf Microcrédito (Grupo "B"): Linha de financiamento a agricultores e pequenos produtores que nos últimos 12 meses tiveram sua renda bruto menor que 20 mil reais.

Pronaf Cotas-Partes: Linha de financiamento para integralizar cotas em cooperativas de produção e assim as mesmas podendo utilizar esse recurso para investir e ter capital de giro.

O Subprograma mais utilizado é o que enquadra praticamente todos os tipos de empreendimentos a serem financiados é o **Pronaf Mais Alimentos**.

Lembrando que todas as linhas do Pronaf são exigidas a DAP (declaração de aptidão ao Pronaf).

2.7 PRAZOS E TAXAS

Basicamente os prazos e as taxas são todas parecidas em todos os subprogramas. Prazos dos investimentos de até 5, 7 ou 10 anos, dependendo do empreendimento a ser financiado, ou de 1 ano se for para custeio.

Taxas variam de 3% até 4,5%, dependendo do que será financiado também, lembrando que são taxas anuais e não mensais.

2.8 CRÉDITO RURAL

Nos dias de hoje, temos em vários tipos de instituições financeiras o acesso ao crédito rural, apesar de ainda ser um pouco burocrático o agricultor sente a necessidade de buscar o recurso que o Governo Federal disponibiliza com taxas muito atrativas. São diversas linhas do pequeno ao grande produtor, com diversas taxas e forma de pagamento, dentre elas está o PRONAF talvez considerada a mais popular.

A formulação de Crédito Rural foi criada a vários anos, segundo Munhoz (1982) destaca que o passo decisivo para a formulação e consolidação de uma política de crédito para o setor rural brasileiro foi dado em 1937, com a criação da carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI).

O principal motivo para a criação da CREAI foi a constatação de que recursos financeiros tinham dificuldades para chegar ao setor rural, necessitando, pois, o Estado, garantir o suprimento de tais recursos. A CREAI proporcionaria três vantagens iniciais ao setor rural: garantia da existência de recursos financeiros; estabelecimentos de prazos adequados à natureza e especificidades das operações; concessão de taxas de juros inferiores às cobradas de outros setores da economia. O desenvolvimento da carteira nas operações rurais foi, no entanto, como constatado por Munhoz (1982), bastante lento até os primeiros anos da década de 50.

Em 1952, a regulamentação da CREAI sofreu amplas transformações, criando: linhas de financiamento para a comercialização agrícola; linhas de repasse para as cooperativas e para a construção de escolas em propriedades rurais; empréstimos para investimentos e condições especiais para os pequenos produtores, introduzindo empréstimos fundiários para formação de pequenas propriedades. Foi a partir de dezembro de 1953, com a política de controle do comércio exterior via ágios e bonificações, quando o Governo criou uma fonte de recursos que propiciava substanciais suprimentos para a cobertura das operações rurais, que ocorreu uma rápida expansão dos créditos para a agricultura. Estes recursos, alocados à CREAI, destinavam-se ao financiamento, a longo prazo e juros baixos, da modernização dos métodos da produção agrícola e recuperação da lavoura nacional e, ainda, à compra de produtos agropecuários, sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios para emprego da lavoura (Munhoz 1982).

Nos dias atuais a maioria das instituições financeiras possuem algum tipo de Crédito Rural para fornecer aos Agricultores, principalmente as Cooperativas de Crédito, que nos últimos anos vem crescendo muito, geralmente em cidades pequenas os agricultores se sentem mais a vontade de fazer as operações de crédito em cooperativas, pois a forma de atendimento é mais humanizada e geralmente os colaboradores são conhecidos na região,

diferente dos bancos que são pessoas de outras cidades e a cada certo período os Gerentes são substituídos por outros.

De uns anos para cá o Crédito Rural está se tornando cada vez mais comum na vida dos produtores rurais, pois a necessidade está dia a dia maior, muitos deles nem precisam desse crédito, mas acabam pegando para ter como “capital de giro” e não precisar mexer em aplicações financeiras ou suas poupanças. Outro ponto que acarreta nessa necessidade nos últimos 2 anos principalmente devido a pandemia do Covid-19, foi o aumento repentino de insumos, implementos, equipamentos e maquinários agrícolas.

A cada ano que passa o governo libera Bilhões em recursos para serem repassados aos agricultores através das Cooperativas e Bancos, e cada dia e a cada ano está se tornando mais “normal” falar de Crédito Rural, Agronegócio, Produtor Rural, pois são eles que estão movendo nosso país e dependemos deles para que nosso alimento chegue todo dia na mesa.

Segundo o Estúdio NSC (2020), para custear despesas da safra, investir em novos equipamentos ou na comercialização de produtos agropecuários, o crédito rural cooperativo tem se mostrado como uma das opções mais vantajosas para agricultores familiares e produtores rurais de diversos portes.

As linhas de crédito para o agronegócio são classificadas de acordo com a finalidade a que serão destinados os recursos.

- Custeio: Destina-se a cobrir despesas correntes do ciclo produtivo agropecuário.
- Investimento: Para inversões em bens e serviços úteis no curso de vários períodos de produção.
- Comercialização: Para cobrir despesas de comercialização ou converter em espécie os títulos de beneficiamento.
- Industrialização: Destinado à industrialização de produtos agropecuários efetuada por cooperativa ou pelo produtor em sua propriedade rural.

Assim como acontece em bancos comuns, a concessão do crédito rural em cooperativas financeiras, em alguns casos, também pode ser feita por meio de repasses de recursos controlados por outras fontes.

Em primeiro lugar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que prevê a concessão de até R\$ 200 mil por ano para financiar atividades e serviços de agricultores familiares, pescadores, aquicultores e outros pequenos produtores rurais.

Já o Pronamp é um programa do BNDES destinado a financiar investimentos de produtores rurais de porte um pouco maior, com renda de até R\$ 2,5 milhões ao ano.

De acordo com o enquadramento do beneficiário, é possível contar com alguma dessas alternativas no crédito rural para custeio, investimento ou industrialização. O crédito para a comercialização de produtos agropecuários é feito, normalmente, por meio de linhas de crédito empresariais, para produtores de todos os portes.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é outro parceiro histórico do agronegócio brasileiro. E o BNDES reconhece o importante papel e impulsionamento da produção rural.

- ABC: Programa para redução de emissão de gases de efeito estufa. Financia atividades e serviços que promovam maior sustentabilidade na produção agropecuária.

- BNDES Automático: Financia investimentos de até R\$ 20 milhões. Possui linhas específicas de acordo com o porte ou a atividade econômica do beneficiário.

- Inovagro: Programa de incentivo à inovação tecnológica na produção agropecuária. Apoiar investimentos para a incorporação de tecnologias rurais no negócio agrícola.

- Moderagro: Programa de modernização da agricultura e conservação de recursos naturais. Fomenta os setores da produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento, bem como ações de defesa animal e de preservação ambiental.

- Moderfrota: Programa de modernização da frota de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras. Financia aquisições isoladas ou coletivas.

- Moderinfra: Programa de incentivo à irrigação e à armazenagem. Apoio à agricultura irrigada sustentável, ao armazenamento e acondicionamento.

- PCA: Programa para Construção e Ampliação de armazéns.

- PER: Programa Emergencial de Reconstrução de municípios afetados por desastres naturais.

- PSI: Programa de Sustentação de Investimentos. Inclui linhas de financiamento para: bens de capital; inovação e máquinas e equipamentos eficientes; exportação pré-embarque; e projetos transformadores.

- Procap Agro: Programa de capitalização de cooperativas agropecuárias. Crédito destinado à integralização de cotas-parte do capital social de cooperativas ou para capital de giro dessas instituições.

- Prodecoop: Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária. Financia modernizações dos sistemas produtivo e de comercialização, para aumentar a competitividade do complexo agroindustrial cooperativo.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE (SC)

3.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município localiza-se no Alto Vale do Itajaí, na microrregião de Rio do Sul, a 276 km de Florianópolis. Tem uma área estimada pelo último censo do IBGE (2010) de 247,805 Km².

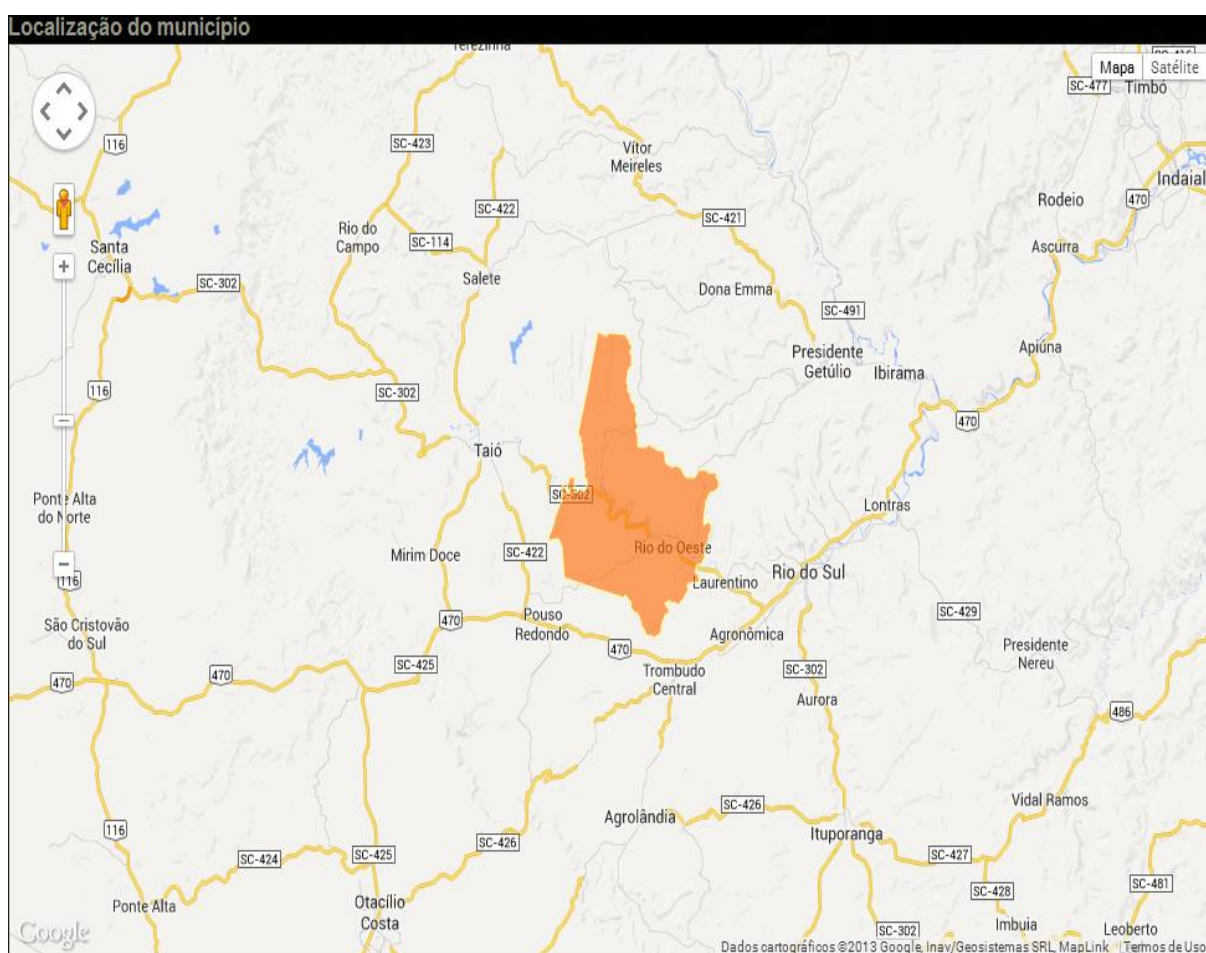


Figura 1 – Localização do município de Rio do Oeste – SC

Fonte: IBGE 2010.

Luiz Bertoli, que há muito esboçava um movimento de novas colonizações, incentivado por Vidal Ramos e motivado pela atividade inspiradora do então vigário de Rodeio, Frei Lucínio Korte, com qual tivera longos diálogos, organizou a primeira expedição do reconhecimento, formada também por Manoel Moratelli, José Franzói, Luiz Girardi, Battista Campregher, Antônio Fronza, Ângelo Moser, José Largura e Battista Giotti, que aportaram em maio de 1912, na confluência do rio das Pombas com o rio do Oeste, razão do primitivo nome, Barra das Pombas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE 2021)

O nome rio das Pombas, por sua vez, “surgiu devido ao grande número de pássaros dessa espécie na região.” No final da década de 1920, a então “freguesia de Barra das Pombas” recebia o nome de “Villa Adolfo Konder”, conforme documento de 27 de Agosto de 1927, que registra a visita do Governador Adolfo Konder a “Barra das Pombas e Taió, sendo que a primeira se glória em tempo vindouro, de ter o nome Adolfo Konder.” Pouco tempo durou a denominação de Villa Adolfo Konder, pois logo após a Revolução de 1930, este núcleo passou a chamar-se Rio do Oeste. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE 2021)

Por ocasião da nova divisão administrativa e judiciária do Estado, conseqüente a sanção da Lei Estadual n.º 247, de 30 de Dezembro de 1948, a antiga “freguesia de Barra das Pombas” recebeu oficialmente o nome de Rio do Oeste. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE 2021)

Esse diploma legal criava o distrito de Rio do Oeste e os Municípios de Taió e Ituporanga, no Alto Vale. Na época, dirigia o município de Rio do Sul o prefeito Wenceslau Borini, sendo governador do Estado Aderbal Ramos da Silva, ambos pertencentes ao Partido Social Democrático, PSD. Em 23 de Junho de 1958 foi criado o Município de Rio do Oeste, numa época de notável crescimento nacional e de amplas liberdades democráticas sob a égide do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE 2021)

3.2 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Italianos da cidade de Trento foram os primeiros colonizadores do município e tiveram suas tradições preservadas nas festas paroquiais, em que não faltam comidas típicas e

danças folclóricas. A polenta de uma tonelada, servida na Festa Estadual da Polenta, já é atração na cidade e há quem garanta ser a maior do mundo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE 2021)

A base econômica de Rio do Oeste está na agropecuária, com destaque para o arroz irrigado, tabaco, milho, citricultura, plantas ornamentais, a criação de gado de corte e gado de leite e de suínos. As indústrias beneficiam grãos e madeira, fabricas de confecções de jeans e tecidos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE 2021)

O município de Rio do Oeste foi fundado em 23 de junho de 1958, tem como datas festivas o primeiro domingo de maio (Festa da Padroeira) e terceira semana de julho (Festa da Polenta). A principal atividade econômica é a agropecuária. A colonização é italiana, e sua principal etnia também. Clima que predomina no município é mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 18,5°C. O bioma é a mata atlântica, possui altitude de 340m acima do nível do mar. As cidades próximas são Laurentino, Rio do Sul, Pouso Redondo, Agronômica, Trombudo Central, Taió e Presidente Getúlio. (PREFE MUNICIPAL DE RIO DO OESTE 2021)

3.3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS DA CIDADE DE RIO DO OESTE

O município de Rio do Oeste - SC ocupa a 467ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 466 (8,37%) municípios estão em situação melhor e 5.098 (91,61%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos outros 293 municípios de Santa Catarina, Rio do Oeste ocupa a 88ª posição, sendo que 87 (29,69%) municípios estão em situação melhor e 205 (69,97%) municípios estão em situação pior ou igual (Pnud, Ipea e FJP).

3.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Com base na tabela 7, pode-se perceber que o IDHM do município de Rio do Oeste melhorou de forma significativa nas últimas décadas:

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

	1991	2000	2010
IDH	0,490	0,637	0,754

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Pnud, Ipea e FJP.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio do Oeste é de 0,754 atualmente, tendo como limite o índice 1. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,160), seguida por renda e por longevidade.

Entre 1991 e 2010 Rio do Oeste teve um incremento no seu IDHM de 53,88% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%).

3.3.2 Componentes do IDHM

A tabela 8 mostra os índices que compõe o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Rio do Oeste.

Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Rio do Oeste – SC.

IDHM COMPONENTES	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,251	0,465	0,625
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	20,16	25,24	39,43
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	15,81	62,29	96,05
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	51,86	91,33	94,62
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	29,89	69,32	65,25
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	14,11	29,68	59,28
IDHM Longevidade	0,761	0,821	0,892
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,68	74,23	78,52
IDHM Renda	0,615	0,676	0,769

Renda per capita (em R\$)	368,30	536,84	957,34
----------------------------------	--------	--------	--------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Pnud, Ipea e FJP

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 54,20%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 82,45% de 1991 para 2010.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 118,30% de 1991 para 2010. E os jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 110,35% entre 1991 e 2000 e 99,73% entre 2000 e 2010.

Em 2010, 39,43% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 24,28% o ensino médio. Em Santa Catarina, 58,87% e 40,41% respectivamente. Esse indicador carrega um histórico, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 4,68% nas últimas duas décadas.

Em Rio do Oeste, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,7 anos em 1991 para 74,2 anos em 2000, e para 78,5 anos em 2010.

A renda per capita média de Rio do Oeste cresceu 159,93% nas últimas duas décadas, passando de R\$368,30 em 1991 para R\$536,84 em 2000 e R\$957,34 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 45,76% no primeiro período e 78,33% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 13,15% em 1991 para 1,60% em 2000 e para 1,47% em 2010.

3.3.3 Demografia

A população do município de Rio do Oeste aumentou nas últimas décadas, assim como o aumento da população nas áreas urbanas do município, coincidindo com a queda da população em áreas rurais, conforme mostra a tabela 9:

Tabela 9 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Rio do Oeste – SC.

		% do Total		% do Total		% do Total
--	--	-------------------	--	-------------------	--	-------------------

População	1991	de 1991	2000	de 2000	2010	de 2010
População Total	5.850	100,00	6.730	100,00	7.090	100,00
Homens	3.014	51,52	3.485	51,78	3.599	50,76
Mulheres	2.836	48,48	3.245	48,22	3.491	49,24
Urbana	1.935	33,08	2.626	39,02	3.390	47,81
Rural	3.915	66,92	4.104	60,98	3.700	52,19
Taxa de Urbanização	-	33,08	-	39,02	-	47,81

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Pnud, Ipea e FJP.

Com base na tabela 9, percebe-se que a população rural diminui e a urbana aumentou, contudo a maioria da população rioestense ainda encontra-se na zona rural do município. Porém, se os índices se mantiverem, logo esse quadro mudará, pois a cada década o êxodo rural no município torna-se crescente.

Segundo dados do Pnud, Ipea e FJP, entre 2000 e 2010, a população de Rio do Oeste teve uma taxa média de crescimento anual de 0,52%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,57%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 44,55%. A desigualdade diminuiu, o Índice de Gini passou de 0,57 em 1991 para 0,44 em 2000 e para 0,47 em 2010.

3.3.4 Ocupação nos variados setores da economia do município

A tabela 10 mostra que a ocupação nos diversos setores da economia do município também sofreu alterações com o passar das décadas:

Tabela 10 - Ocupação nos variados setores da economia do município.

	1991	2000	2010
% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais	-	56,80	43,98
% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais	-	19,27	22,26
% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais	-	2,92	3,65
% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais	-	5,91	8,06
% dos ocupados no setor	-	14,82	18,41

serviços - 18 anos ou mais			
-----------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Com base na tabela 10, pode-se constatar que a ocupação no setor agropecuário vem caindo, ao mesmo tempo que setores como a indústria de transformação, de serviços e comércio vem crescendo.

Em um comparativo do ano de 2000 para o de 2010, percebe-se que a ocupação no setor agropecuário caiu cerca de 22,57%. A ocupação na indústria de transformação teve um aumento de 15,52%, o setor de construção aumento de 25%, o comércio aumentou em 36,36% e o setor de serviços um aumento de 24,22%.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O município de Rio do Oeste possui uma população 7.552 habitantes (IBGE 2021), Segundo o Sindicato dos trabalhadores rurais de Rio do Oeste, mais da metade são agricultores, onde é movimentado mais de 70% da economia da cidade (AMAVI 2020). Diante disso é notável que o crédito rural em específico a linha do PRONAF é praticamente utilizada por a maioria dos Agricultores, mas será que realmente ela Fortalece a Agricultura Familiar na cidade?

Com base no questionário aplicado pretendeu-se levantar essa resposta e saber se de fato está dando algum retorno e se os produtores do Município de Rio do Oeste estão de acordo com as taxas e prazos aplicados pela linha de crédito. O questionário foi aplicado através do |Google formulários para 137 agricultores, onde obtivemos 93 respostas procurou-se aplicar em todas as comunidades da cidade, para que dessa forma fosse possível compreender a realidade de cada local.

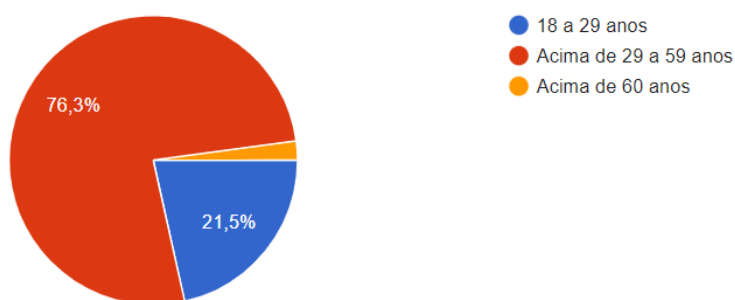


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 1 - Idade.

Quanto a idade dos entrevistados, conforme demonstra o gráfico 1, podemos identificar através da pesquisa que a grande maioria dos produtores possui idade entre 29 e 59 anos, sendo 76,3%, 19 a 29 anos 21,5% e apenas 2.2% acima dos 60 anos.

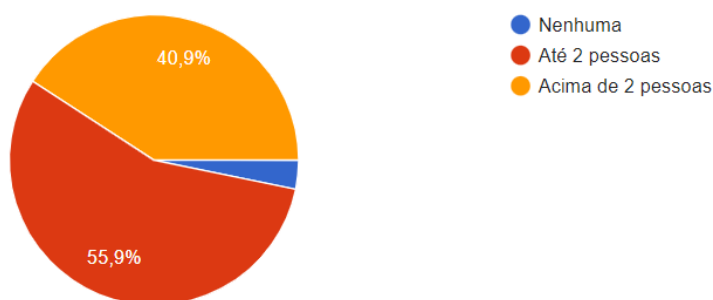


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 2 - Quantas pessoas trabalham junto com você na sua propriedade?

Referente a quantas pessoas trabalham com você na propriedade, de acordo com o gráfico 2 podemos analisar que a grande maioria das propriedades possuem duas ou mais pessoas, sendo 55,9% para até duas pessoas, 40,9% para mais do que duas pessoas e 3,2% das propriedades não possuem nenhum ajudante além do próprio produtor.

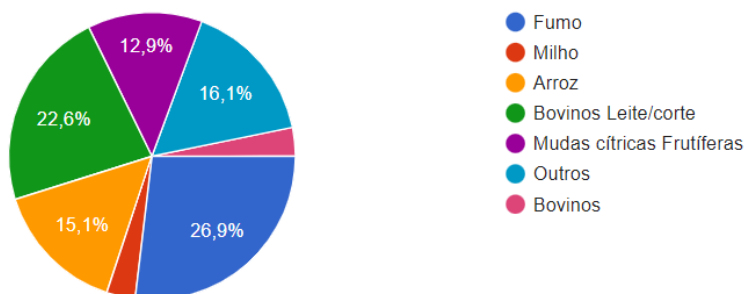


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 3 - Qual a sua principal atividade agrícola?

De acordo com as respostas do gráfico 3, podemos observar que na cidade de rio do oeste as atividades agrícolas estão bem distribuídas, ficando bem equilibradas entre si, temos a maioria com o fumo 26,9%, seguindo de bovinos leite/corte com 22,6%, arroz com 15,1%, mudas cítricas/frutíferas 12,9%, milho com 6,4% e outras atividades com 16,1%.

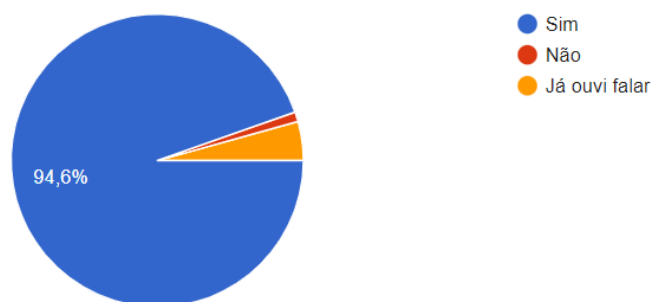


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 4 - Você conhece o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar?

Foi verificado juntamente com os entrevistados se eles conhecem de fato o Pronaf, o gráfico demonstra uma vasta vantagem no SIM, com 94,6% e o restante divididos em alguns que não conhecem ou já ouviram falar. Isso demonstra de fato que o Pronaf é de grande importância no município.

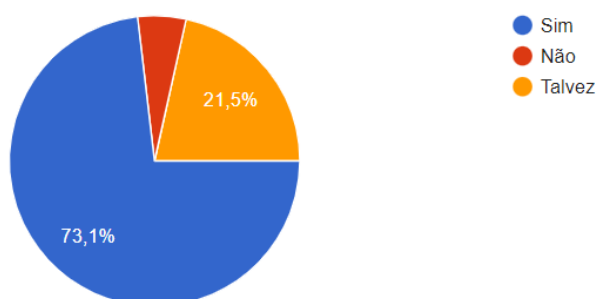


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 5 - Você acha que o Pronaf tem permitido que os jovens continuem no Campo?

No que se refere se o Pronaf tem permitido que os jovens continuem no campo, olhando o gráfico 5, temos uma grande maioria com uma opinião bem formada, 73,1% disseram que sim, 21,5% talvez e apenas 5,4% falaram que não tem permitido.

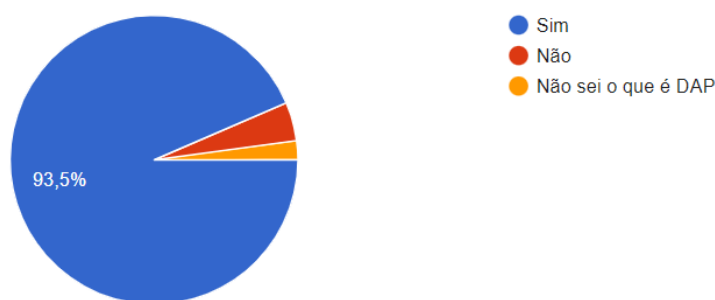


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 6 - Você tem DAP (declaração de aptidão do Pronaf)?

Já no gráfico 6 podemos observar que a maioria dos entrevistados possuem a DAP, sendo totais 93,5% e o restante dividido em alguns produtores que não possuem ou não conhecem a DAP. Mais um fator que indica a importância do Pronaf em cidades pequenas, pois a grande maioria possui a DAP, pois sem ela não é possível acessar a linha de crédito.

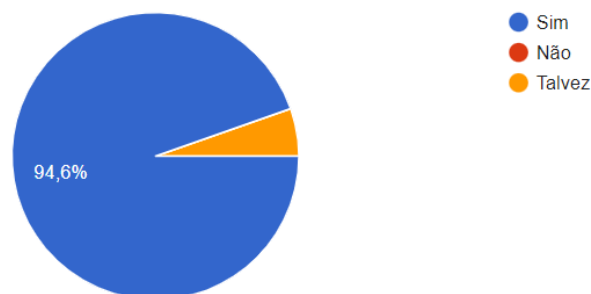


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 7 - Você acha importante a linha de fomento (PRONAF)?

Na pergunta 7, você acha importante a linha de fomento Pronaf? Temos uma larga vantagem, pois 94,6% dos entrevistados disseram que é importante e 5,4% disseram que talvez é importante. Ou seja, nenhum dos entrevistados acha que o Pronaf não é importante para a agricultura familiar.

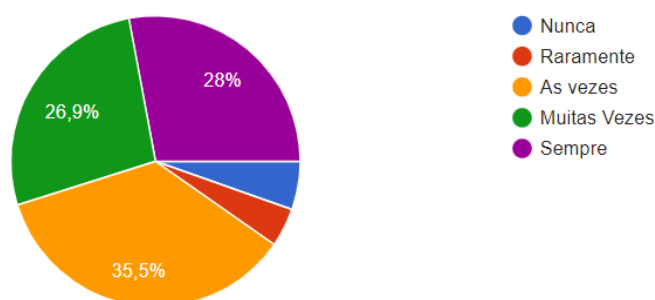


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 8 - Já fez algum investimento ou custeio no Pronaf?

Quando perguntamos se já fez algum investimento ou custeio no Pronaf, tivemos várias respostas positivas, 35,5% responderam que as vezes fazem, 28% sempre fazem, 26,9% que fazem muitas vezes e uma grande minoria raramente ou nunca fizeram, outro fator que indica o quanto essa linha é importante no município de Rio do Oeste.

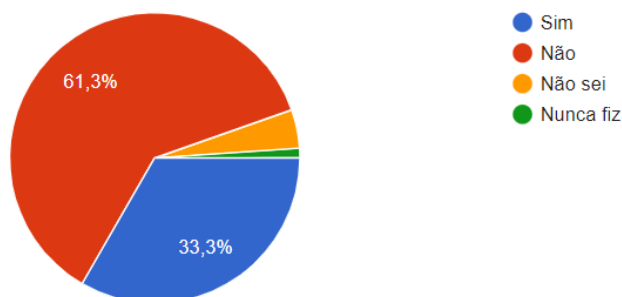


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 9 - Você acha muito burocrático fazer algum investimento ou custeio no Pronaf?

De acordo com o gráfico 9, quando verificamos se os agricultores acham burocrático acessar a linha de crédito, 61,3% responderam que não, 33,3% acham que sim, é burocrático e o restante não sabem ou nunca fizeram.

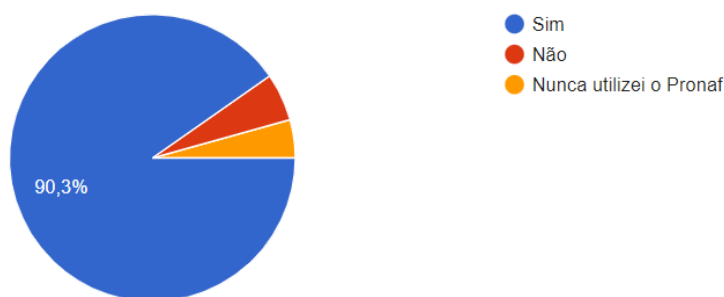


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 10 - O Pronaf ajudou você e sua família a ter uma maior renda mensal/anual?

No que se refere ao Pronaf se ele ajudou a família desses agricultores a ter uma renda mensal/anual maior, de acordo com o gráfico 10 podemos observar que tivemos uma larga vantagem, onde 90,3% acha que sim, ajudou e o restante ficou dividido em não ou nunca utilizei o Pronaf. Se formos analisar, isso vem em desconforto com a resposta anterior, pois apesar de quase metade dos entrevistados acharem burocrático acessar a linha, mesmo assim eles acessam, pois, a maioria depende dela, para ajudar no sustento familiar.

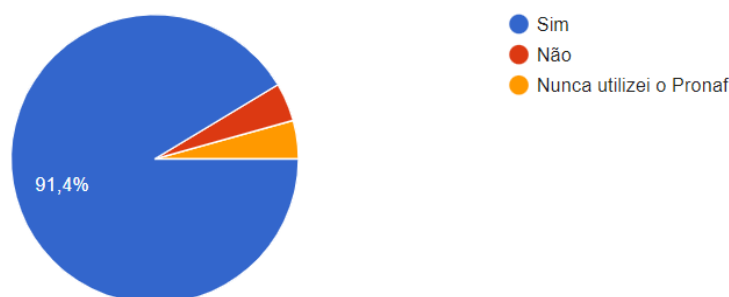


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 11 - O Pronaf ajudou você e sua família a ter um aumento na produção em sua propriedade?

Na pergunta 11, verificamos com os entrevistados se o Pronaf ajudou você e sua família a ter um aumento na produção, 91,4% responderam que sim o restante ficou dividido em não e nunca utilizaram o Pronaf. Isso quer dizer sim, que o Pronaf de fato é efetivo no

aumento da produção, pois sem eles muitos não conseguiriam custear suas safras ou investir nas propriedades.

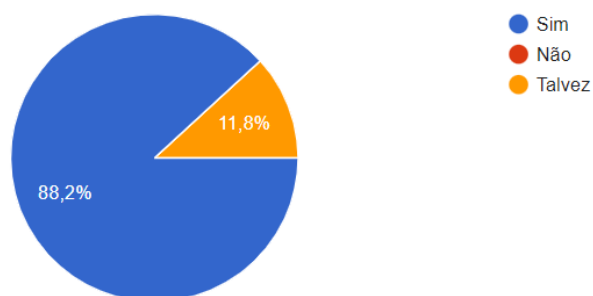


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 12 - O Pronaf é efetivo no fortalecimento da agricultura Familiar?:

Referente ao gráfico de número 12, quando verificamos se o Pronaf é efetivo no fortalecimento da agricultura familiar, tivemos praticamente 100% de respostas positivas, onde 88,2% disseram que sim e 11,8% disseram que talvez, ou seja, nenhuma resposta negativa, diante dessa resposta podemos observar que sim, ele é de fato, um dos fatores determinantes para o crescimento do pequeno produtor e da sua propriedade, gerando fortalecimento da sua família na lavoura.

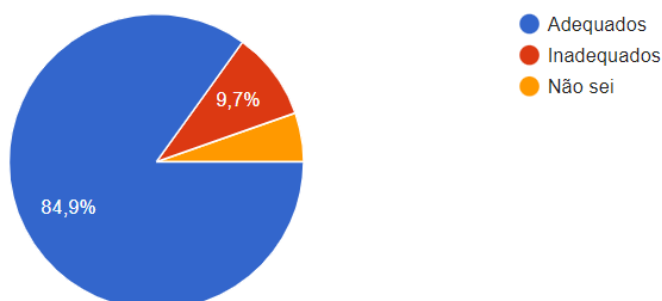


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 13 - O que você acha sobre os prazos para pagamentos dos investimentos/custeios no Pronaf?

Sobre os prazos de pagamento de investimentos e custeios, de acordo com o gráfico 13, a maioria dos entrevistados acham adequados, sendo um total de 84,9%, já 9,7% acham inadequados e 5,4% não sabem. De acordo com a minha experiência no trabalho, acredito que os entrevistados que acharam inadequados os prazos estão se referindo quando é financiado algum tipo de máquina, trator ou implemento, pois o prazo era 10 anos e abaixou para 7 anos, contudo o que vem acontecendo nos últimos 2 anos devido ao aumento de preços principalmente em maquinários está quase sendo inviável adquirir por exemplo um trator e pagar em 7 anos, pois as parcelas ficam muito altas.

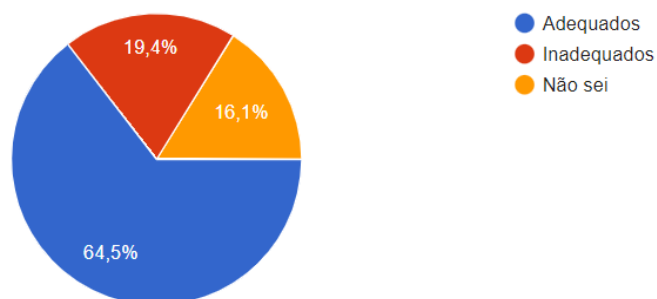


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 14 - O que você acha sobre as taxas de juros para investimento/custeios no Pronaf?

Já quando questionamos sobre as taxas de juros podemos observar uma maior divisão entre as opiniões, onde 64,5% acham adequados, 19,4% inadequado e 16,1% não sabem.

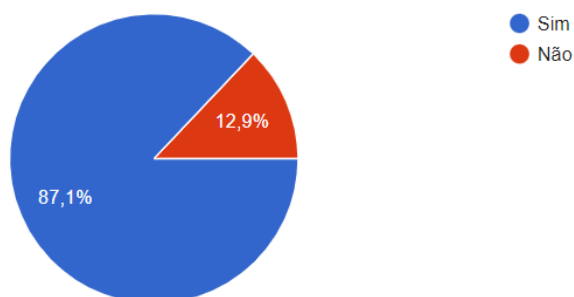


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 15 - Você acha que o limite no Pronaf de 200 mil reais por Ano Safra para INVESTIMENTO e o limite de 250 mil para CUSTEIO estão adequados?

Quando se trata dos limites por ano safra para investimento e custeio através do Pronaf, observando o gráfico 15, onde 87,1% dos entrevistados responderam que sim, acham adequados e 12,9% não acham adequados. Essa análise vem com a mesma linha de raciocínio da pergunta 14, esses 12,9% que responderam que não, estão se referindo ao limite apenas para INVESTIMENTO, pois 200 mil por ano safra é pouco, analisando todos os aumentos que tivemos nos maquinários e implementos agrícolas, um exemplo bem básico, um Trator novo da New Holland, modelo 5.80, cabinado que a um ano atrás valia 165 mil, hoje está valendo 250 mil, sendo impossível financiar 100% através do Pronaf.

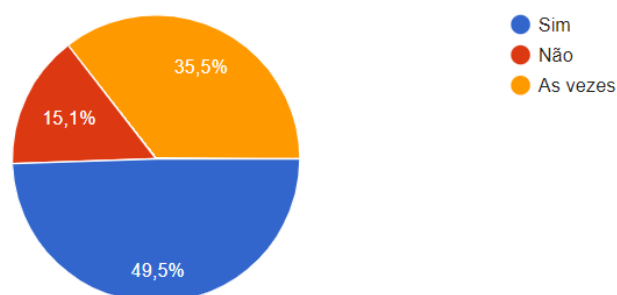


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 16 - Participa de cursos que o ajudam no aperfeiçoamento de sua atividade agrícola?

No que se refere a participação de cursos para o aperfeiçoamento da atividade agrícola, conforme o gráfico 16, 49,5% disseram que participam, 35,5% as vezes e 15,1% dos entrevistados não participam, apesar de Rio do Oeste ter a agricultura como seu principal fator econômico, acho que ainda está faltando um pouco mais de participação na questão desses treinamentos.

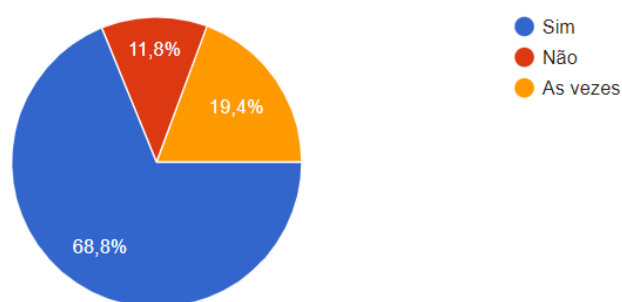


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 17 - Recebe assistência técnica de algum técnico especializado em sua atividade agrícola?

Na pergunta 17, questionamos os entrevistados para ver se eles recebem assistência técnica de um especialista em sua atividade agrícola e já podemos ver uma melhora significativa em relação a pergunta anterior que trata basicamente do mesmo assunto, 68,8% disseram que recebem assistência, 19,4% recebem as vezes e apenas 11,8% não recebem. Diante disso podemos observar que de fato a maioria precisa de um especialista na ajudando da propriedade na hora que forem produzir as lavouras, evitando assim trabalho desnecessários e melhorando a produção dessas lavouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho demonstrou vários pontos importantes onde o Pronaf está ligado, desde sua história, prazos, taxas, crédito rural, políticas públicas até os mais profundos interesses demandas e opiniões dos agricultores do Brasil e da cidade de Rio do Oeste – SC.

A ideia de ter o meio rural como um setor da economia que fornece insumos e mão-de-obra barata se prolifera a algumas décadas, e com isso, principalmente após a industrialização, ficou mais comum relacionar o meio rural com um setor atrasado da economia. Porém, a própria forma de delimitar e de pensar o meio rural no Brasil não condiz com a realidade, segundo Veiga (2001) e Abramovay (2009).

A agricultura exerce um papel de suma importância na economia do país, a agricultura família contribui com 70% de todo o alimento que chega na mesa dos brasileiros, diante disso se torna cada vez mais importante as linhas subsidiadas pelo governo, principalmente o Pronaf que é o principal meio que os pequenos produtores têm para investir em suas propriedades.

Nos dados apresentados através da pesquisa foi possível perceber isso de forma mais clara, a dependência desse recurso chamado Pronaf, principalmente na cidade de Rio do Oeste, onde de fato a pesquisa foi aplicada.

Através dos dados coletados na pesquisa podemos perceber a Cidade de Rio do Oeste possui bastante agricultores jovens e de meia idade, dentro desses agricultores a grande maioria conhece ou já ouviu falar da linha do Pronaf, inclusive muitos deles já fizeram muitas vezes ou sempre fazem financiamentos e custeios quando necessário. Identificamos também que a maioria dos entrevistados acham que os prazos, taxas de juros e limites financiáveis estão adequados para a linha de crédito, contudo ainda tem uma minoria que acha inadequado ou não está bom dessa forma.

Nos últimos 2 anos os preços de maquinários e benfeitorias para a propriedade aumentaram drasticamente, diante desse contexto podemos observar que a linha de crédito está cada vez sendo mais utilizada consequentemente o governo também todo ano libera mais recursos e através da pesquisa realizada tivemos de fato a certeza que o Pronaf sim, ajuda o pequeno produtor a ter uma renda maior, ajuda ou ajudou no aumento da produção, independente da cultura, consegue manter sim o jovem trabalhador no campo desacelerando o êxodo rural e sim, é efetivo no fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar na cidade de Rio do Oeste – SC e também no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRONAF. BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento, 2021. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: 20 de Abril de 2021.

SARON, Flávio de Arruda, HESPANHOL Antonio Nivaldo. O Pronaf e as Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Geouerj, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4823>>, Acesso em: 20 de Setembro de 2021.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. O Pronaf na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados. UFRGS Lume repositório digital, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=1>> Acesso em: 30 de Setembro de 2021.

SCHULTZ, Claudio, AHLERT Alvor. O Pronaf como Política Pública de apoio à Agricultura Familiar: um estudo de caso do Município de Maripá - PR. Ciências sociais aplicadas, 2016. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/15611>> Acesso em: 30 de Setembro de 2021.

BIANCHINI, Valter. 20 Anos de Pronaf 1995 a 2015 Avanços e Desafios, 2015. Disponível em: <<http://atividaderural.com.br/artigos/568ba26e514e2.pdf>>, Acesso em: 15 de Outubro de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 4.801 DE 09 DE ABRIL DE 2020. Gov.br, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-4.801-de-9-de-abril-de-2020-252079914>> Acesso em: 20 de Outubro de 2021.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento local e na transformação da realidade, Dhnet, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>, Acesso em: 20 de Outubro de 2021.

AGRICULTURA FAMILIAR E A DIFUSA CONCEITUAÇÃO DO TERMO, Hortaliças em Revista, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355126/2250572/revista_ed14.pdf/a238ede6-a45d-4e07-858a-78bfa9025ab5>, Acesso em: 25 de Outubro de 2021.

TIPOS DE AMOSTRAGEM PARA PESQUISA. Question Pro, 2021. Disponível em: <<https://www.questionpro.com/blog/pt-br/amostragem-de-publico/>> Acesso em: 09 de Novembro de 2021.

ATLAS DOS DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. PNUD Brasil, 2021 Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/atlas-dos-municipios.html>> Acesso em: 12 de Novembro de 2021.

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, 2021. Disponível em: <<https://www.riodoeste.sc.gov.br/>> Acesso em: 09 de Novembro de 2021.

RIO DO OESTE REPRESENTATIVIDADE POR ATIVIDADE ECONÔMICA. AMAVI - Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí, 2020. Disponível em: <<https://www.amavi.org.br/municipios-associados/economia/rio-do-oeste>> Acesso em: 15 de Novembro de 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=3326&t=sis-2016-67-7-idosos-ocupados-comecaram-trabalhar-14-anos&view=noticia>> Acesso em: 30 de Outubro de 2021.

PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA. Dtcom, 2021. Disponível em: <https://dtcom.com.br/wayco/temas/section_2/pesquisa_qualitativa_e_quantitativa/sections/pdf/THEME4285.pdf> Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

APÊNDICE I – Questionário da Pesquisa.

Comunidade _____

1 - Idade

☐ 18 a 29 anos ☐ acima de 29 a 59 anos ☐ acima de 60 anos

2 - Quantas pessoas trabalham junto com você na sua propriedade?

☐ Nenhuma ☐ Até 2 ☐ Acima de 2

3 - Qual a sua principal atividade agrícola?

☐ Fumo ☐ Milho ☐ Arroz ☐ Bovinos ☐ Mudas cítricas/frutíferas ☐ Outros

4 - Você conhece o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar?

☐ Sim ☐ Não ☐ Já ouvi falar

5 - Você acha que o Pronaf tem permitido que os jovens continuem no Campo?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

6 - Você tem DAP (declaração de aptidão do Pronaf)?

☐ Sim ☐ Não

7 - Você acha importante a linha de fomento (PRONAF)?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

8 - Já fez algum investimento ou custeio no Pronaf?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Muitas vezes ☐ Sempre

9 - Você acha muito burocrático fazer algum investimento ou custeio no Pronaf?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei ☐ Nunca fiz

10 - O Pronaf ajudou você e sua família a ter uma maior renda mensal/anual?

☐ Sim ☐ Não ☐ Nunca utilizei o Pronaf

11 - O Pronaf ajudou você e sua família a ter um aumento na produção em sua propriedade?

☐ Sim ☐ Não ☐ Nunca utilizei o Pronaf

12 - O Pronaf é efetivo no fortalecimento da agricultura Familiar?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

13 - O que você acha sobre os prazos para pagamentos dos investimento/custeios no Pronaf?

☐ Adequados ☐ Inadequados ☐ Não sei

14 - O que você acha sobre as taxas de juros para investimento/custeios no Pronaf?

☐ Adequados ☐ inadequados ☐ Não sei

15 - Você acha que o limite no Pronaf de 200 mil reais por Ano Safra para INVESTIMENTO e o limite de 250 mil para CUSTEIO estão adequados?

☐ Sim ☐ Não

16 - Participa de cursos que o ajudam no aperfeiçoamento de sua atividade agrícola?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Muitas vezes ☐ Sempre

17 - Recebe assistência técnica de algum técnico especializado em sua atividade agrícola?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Muitas vezes ☐ Sempre